

# MEMÓRIA E IDENTIDADE NO SUL DO BRASIL: O ENSAIO HISTÓRICO DE SIMÕES LOPES NETO<sup>1</sup>

Jocelito Zalla<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar as posições de João Simões Lopes Neto (1865-1916) nas disputas de memória e de representação da nação na Primeira República, através de seu livro *Terra Gaúcha*. Trata-se de averiguar como sua visão do passado rio-grandense se articulava a problemas nacionais mais amplos, e quais as possibilidades do ensaio histórico para a construção de identidades políticas. Ao se propor tecer uma narrativa histórica popular para o Rio Grande, o escritor apresenta um modelo de identidade para a região, confirmando a figura do gaúcho pampiano como seu sujeito representativo. A análise do texto revela, contudo, que ainda não havia restrições nacionalistas rígidas a esse modelo.

**Palavras-chave:** Simões Lopes Neto; ensaio histórico; memória e identidade.

## Memory and Identity in southern Brazil: the historical essay of Simões Lopes Neto

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the positions of João Simões Lopes Neto (1865-1916) in the disputes of public memory and representation of the nation in the First Brazilian Republic, through his book “Terra Gaúcha”. I attempt to identify how his view of the Rio Grande do Sul’s past was linked to broader national issues and the possibilities of the historical essay for the construction of political identities. In proposing weave a historical narrative to the popular southern state, the writer presents a model of identity for the region, confirming the figure of the gaucho as its representative historical subject. The analysis of the text reveals, however, that there were not still rigid nationalistic restrictions to that model.

**Key-words:** Simões Lopes Neto; historical essay; memory and identity.

A consagração crítica, ainda que limitada, da obra ficcional de Simões Lopes Neto (1865-1916) no Brasil e seu grande alcance no público leitor médio do Rio Grande do Sul levaram à solidificação de sua imagem de literato, especificamente de contista.

<sup>1</sup> O artigo foi produzido na disciplina "Historiografia, História do Tempo Presente e História Oral", ministrada pela profa. Marieta de Moraes Ferreira no PPGHIS/UFRJ, primeiro semestre de 2014. O artigo apresenta algumas análises iniciais de minha pesquisa de doutorado.

<sup>2</sup> Professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este texto faz parte do processo de redação da tese de doutorado do autor. Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43815, CEP 91501-970, Bairro Agronomia, Porto Alegre - RS. E-mail: [jocelito.zalla@ufrgs.br](mailto:jocelito.zalla@ufrgs.br).

Sua biografia profissional, no entanto, desde a recuperação mais expressiva de sua obra, nos anos 1950, aponta para uma trajetória longa e diversa de atuação intelectual; foi dramaturgo, jornalista, folclorista e ensaiou alguns passos nas áreas que hoje chamaríamos de Educação e História. Um projeto cívico e nacionalista subsidiara boa parte dessa produção: desenvolver a consciência nacional e o amor à gleba, expressão mais concreta da pátria, o que só se daria efetivamente através da incorporação das grandes massas marginalizadas pelos projetos de modernização da Primeira República. Uma distinção radical entre passado e presente não faria sentido naquele âmbito de redefinição de tradições, construção de heróis e de linhagens republicanas. Essa percepção, talvez inconsciente, do mundo, levava Simões a uma dupla e complementar frente de ação nos anos 1900: o desenho de uma memória histórica coletiva e popular, que dotasse os grupos camponeses, principalmente, de um passado representável, viria junto a um programa de alfabetização em massa,<sup>3</sup> que propiciasse a inclusão do grosso da população no universo de bens simbólicos sofisticados e no mundo moderno prometido pelo progresso científico da era dos impérios.

No Brasil do início do século XX, o hoje aparentemente conflitante binômio tradição/modernidade se configurava apenas como um problema de ordem prática, que pouco apontava para polos distintos de ação. Representar a nação, tomada no contínuo temporal, implicava projetar a sociedade brasileira. Daí o grau elevado de disputas de memória agitando o debate público e a produção letrada. Para melhor entender a movimentação de Simões Lopes Neto nesse cenário, buscarei, no presente artigo, analisar um de seus projetos frustrados de escrita: um texto sobre a formação do Rio Grande do Sul – e da região do Rio da Prata – que podemos chamar de “ensaio histórico”: o manuscrito *Terra Gaúcha*,<sup>4</sup> redigido entre os anos 1906 e 1910, publicado postumamente em 1955. Como o escritor da pequena, mas pujante, cidade de Pelotas, na Metade Sul do estado mais meridional do Brasil, se posicionava nas disputas pela memória pública local? Como suas propostas se articulavam com problemas nacionais – e nacionalistas – mais amplos? O que o ensaio nos diz sobre os usos do passado e a

---

<sup>3</sup> Na primeira década do século passado, além da escrita da história, Simões produzia um manual de alfabetização, *Artinha de leitura*, e um romance de formação, *Terra gaúcha – histórias de infância*. Os dois últimos textos foram recusados pela Divisão de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. A abertura recente do que restara dos arquivos do escritor permitiu a publicação de ambas as obras, em edição de luxo, no ano de 2013.

<sup>4</sup> O subtítulo do original era “História elementar do Rio Grande”. Como o romance homônimo, citado na nota anterior, era desconhecido na década de 1950, os editores não sentiram necessidade de utilizar o distintivo.

construção de identidades políticas na Primeira República? Como esse projeto se relaciona com seus futuros livros de ficção?

### **A memória histórica no sul do Brasil**

O único livro de história de Simões é hoje conhecido graças ao trabalho de pesquisa da primeira geração de jornalistas e escritores gaúchos que se empenharam, sistematicamente, na recuperação da memória do autor. O interesse editorial dos anos 1950, com o sucesso da edição crítica de *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (1949),<sup>5</sup> levou a uma caça por materiais inéditos no que sobrara de seu acervo particular. *Terra gaúcha: história elementar do Rio Grande do Sul*, edição anotada e comentada pelo historiador Walter Spalding, então diretor do Arquivo e da Biblioteca Pública de Porto Alegre, é, na verdade, a primeira parte de um livro mais amplo, que narraria a história do Rio Grande do Sul de sua formação até a Guerra do Paraguai. No texto que conhecemos<sup>6</sup>, temos apenas o primeiro ciclo temporal desenhado por Simões, que se debruça, justamente, sobre o período formativo do estado, em sua condição de fronteira platina.

Quando nosso autor redigiu o ensaio, havia poucas obras sobre o tema com razoável circulação e conhecimento das elites letradas, entre elas dois estudos precursores sobre as origens da província e sua administração – *Anais da Província de São Pedro* (1819, v. 1; 1822, v. 2), de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, e *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil* (1822, v. 1; 1823, v. 2),<sup>7</sup> de Antônio José Gonçalves Chaves – e a recente produção da primeira geração de políticos e historiadores republicanos – *História popular do Rio Grande do Sul* (1882), de Alcides Lima, e *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica* (1897), de Alfredo Varela.<sup>8</sup> A única obra citada explicitamente por Simões, à qual se contrapunha, é a de Pinheiro. No entanto, como veremos, as posições tomadas pelo nosso autor se revelam, em parte, tributárias das teses dos historiadores republicanos.

---

<sup>5</sup> Segunda edição dupla publicada pela Globo, de Porto Alegre, acrescida de textos críticos de Augusto Meyer e Aurélio Buarque de Holanda. A primeira foi no ano de 1926.

<sup>6</sup> Não é sabido se Simões terminara a obra ou a deixara incompleta, já que é provável que parte de seus manuscritos tenha se perdido ao longo da sucessivas divisões do espólio do autor. Segundo relatos recolhidos na década de 1940, amigos de Simões podem ter perdido o manuscrito contendo a segunda parte do livro.

<sup>7</sup> A história da província é objeto da quinta parte, no segundo volume da obra.

<sup>8</sup> A terceira monografia consagrada da geração republicana não se detém sobre a formação do estado, tratando do episódio farroupilha: *História de república rio-grandense* (1882), de Assis Brasil.

Apesar da naturalidade com que os dois primeiros autores expunham as relações do Rio Grande com as colônias espanholas no Prata, seus livros fixaram formas de narrar o passado e interpretações que seriam apropriadas pelo que Ieda Gutfreind (1992) denominou de “matriz lusitana” da historiografia tradicional. Já a insistência dos historiadores da geração de 1880 em retratar as especificidades sulinas em relação ao restante do Brasil, o que parecia extensivo da reivindicação para o Rio Grande do pioneirismo liberal e republicano no país, permitiu a formação de uma “matriz platina” de memória histórica. *Grosso modo*, a essa pertenceriam os historiadores que “ênfatisam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul”. À primeira, aqueles cuja visão “minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região” (GUTFREIND, 1992: 11).

A polarização entre as duas vertentes é notável na historiografia produzida após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em 1920, gerando debates e disputas que alcançam a década de 1950. Mas as “matrizes” de Gutfreind perdem sua força descritiva se aplicadas à produção precedente. Grande parte da comoção gerada pelas possíveis filiações culturais do Rio Grande do Sul a Espanha ou seu pertencimento originário a Portugal é consequência direta do jogo político do período, em que as elites locais se uniam na construção de um projeto de tomada do poder central, materializado na Revolução de 30.<sup>9</sup> O debate sobre a formação do Rio Grande é, então, função da discussão sobre a brasilidade do gaúcho/rio-grandense e sua legitimidade no novo protagonismo nacional. Não penso ser possível, portanto, classificar o texto de Simões Lopes Neto como “lusitano” ou “platino” sem cair no anacronismo. Todavia, como afirma Gutfreind, a gama de questões sobre as quais se debruçam os historiadores do IHGRS começa a se delinear ainda no século XIX: a relação da região com o restante do Brasil; sua inserção na história do Prata; o separatismo na Revolução Farroupilha (1835-1845); a presença das Missões Jesuíticas no passado do Rio Grande; e, por último, a figura do gaúcho pampiano.<sup>10</sup> À exceção do episódio farrapo, não tratado no texto de Simões, os demais pontos serão tomados, a

---

<sup>9</sup> Ver LOVE, 1975.

<sup>10</sup> Em termos geográficos, a pampa compreende os campos que se estendem do norte da Argentina à metade Sul do Rio Grande do Sul, território de vegetação rasteira e pouco relevo no solo, com poucas barreiras físicas para o trânsito do gado selvagem.

partir de agora, como critérios de leitura da obra, o que permitirá entender os usos que o escritor faz da historiografia precedente, suas filiações e seus distanciamentos.

A desconfiança quanto à brasilidade do Rio Grande do Sul também conta com um histórico longo. A condição de fronteira porosa, no século XVIII, e a declaração de independência levada a cabo pelas elites locais revoltosas durante a Farroupilha, no XIX, alimentaram continuamente o imaginário nacional com visões do rio-grandense como um “estranho” no seio da nação. A grande participação de tropas da metade Sul da província na Guerra do Paraguai e seu novo recrutamento na expedição contra Canudos colocaram em convívio com militares do centro e do norte do país as hostes campestres próximas do mundo hispânico no Prata. Os gaúchos, cuja existência social se restringia, no final daquele século, aos peões dos grandes latifúndios, passaram paulatinamente a confundir-se com todo o habitante do estado, à revelia do mundo urbano e da colonização lusitana mais recente na região. Mesmo as visões positivas da figura – provavelmente tributárias de modalidades de representação ficcional, como o romance *O gaúcho* (1870), de José de Alencar – se destacam por essa operação metonímica, em que um grupo social e geograficamente setorizado (trabalhadores rurais predominantes na metade Sul do estado, região de savana popularmente designada por “campanha”) é confundido com a totalidade da sociedade. Temporalmente próximo ao ensaio de Simões, a obra de Euclides da Cunha nos dá um exemplo do fato. Ao contrapor o sertanejo ao habitante do Rio Grande, a descrição do segundo é condicionada pelo meio físico: “...filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem, certo, feição mais cavalheiresca e atraente” (CUNHA, 2010: 121). A marca do campo recai sobre a região; ao homem da terra resta uma espécie de caricatura do gaúcho militar que Euclides conheceu em Canudos:

A suas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. As amplas *bombachas*, adrede talhadas para a movimentação fácil sobre os *baguais*, no galope fechado ou no corcovar raivoso, não se estragam em espinhos dilaceradores de caatingas. O seu poncho vistoso jamais fica perdido, embaraçado nos esgalhos das árvores garranchentas. E, rompendo pelas coxilhas, arrebatadamente na marcha do redomão desensofrido, calçando as largas botas russilhonas, em que retinam as rosetas das esporas de prata; lenço de seda, encarnado, ao pescoço; coberto pelo sombrero de enormes abas flexíveis e tendo à cinta, rebrilhando, presas pela *guaiaca*, a pistola e a faca – é um vitorioso jovial e forte. O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajoso sobre um *pingo*

bem aperado está decente, está corretíssimo. Pode atravessar sem vexame os vilarejos em festa (CUNHA, 2010: 121-122).

A “gentilização” do gaúcho, com certo peso de estigma, como mostrou Carla Renata de Souza Gomes (2009), levava gerações de intelectuais locais a um trabalho de ressignificação da palavra, do qual a representação euclidiana é contraponto e resultado, que culminara com sua aceitação social como adjetivo pátrio nos anos 1920/1930. A análise do ensaio de Simões revela o desenvolvimento desse processo na primeira década do século XX. Há no livro, ao mesmo tempo, a asserção da especificidade, inclusive étnica, do habitante do Sul, e o protesto contra a suspeita:

Nós, os rio-grandenses, somos uma sub-raça brasileira.  
Para muitos, felizmente para a grande maioria dos que nos observam, temos traços de distinção da carinhosa família nacional, que valem altamente como prendas individuais e inapreciavelmente como elementos de dignificação e progresso social, em suas múltiplas expansões.  
Para outros, porém, essas divergências do tipo étnico brasileiro nos caracterizam como enxertos daninhos nesse grande e nobre tronco de uma raça americana; nos assinalam como progênie de antepassados ensaiados em todos os vícios e crimes, ou como possesores de revolucionários e cruezas execráveis, que inculcam a necessidade de nossa expulsão da comunhão social... (LOPES NETO, 1955: 28)

A solução racial dada por Simões, além da sintonia com os debates do período no centro do país, permite a dubiedade que já começa a marcar a construção da identidade gaúcha no Rio Grande do Sul, como apontado por Ruben Oliven (1992): o elogio das peculiaridades locais e a reivindicação da brasilidade. Mas se os historiadores do IHGRS precisariam, nas décadas seguintes, enfatizar o segundo aspecto, nosso autor encontrava em seu contexto maior liberdade ideológica para declarar a distinção.

Falando da Metade Sul do Rio Grande, numa Pelotas próxima do Prata, com largos vínculos com as áreas de reduções jesuíticas e economia de pecuária extensiva tradicional, parece que tal liberdade tinha um grau de necessidade. Sua posição geográfica também explica o incômodo com as acusações de passado de “vícios e crimes”. Como é sabido, em sua origem a palavra gaúcho, legada aos trabalhadores rurais das estâncias de criação rio-grandenses, designava os grupos de “changadores” que caçavam o gado selvagem disseminado nos campos do atual Uruguai e do sul do estado, ao longo do século XVII. Eram homens sem paradeiro e emprego fixos, cuja lógica social não observava as leis e soberanias espanholas ou portuguesas. Com o

traçado dos limites fronteiriços, no final do XVIII, o trânsito natural naquele espaço logo se confundia com práticas de contrabando. Era o “vagamundo”, pária social que engrossaria as forças dos caudilhos revoltosos no Prata no início do século XIX, “possessos de revolucionários e cruezas execráveis”, nas palavras de Simões. Supostamente arredio à ordem, o gaúcho era o inimigo de Sarmiento, contra quem o Estado nacional argentino se chocaria em sua interiorização. Fato social e semântico que explica a demora de Porto Alegre em aceitá-lo como gentílico.<sup>11</sup>

A refutação das relações econômicas e culturais com os países platinos era difícil de operar no sul do estado. Simões relata tais trocas em seu ensaio com a mesma tranquilidade notada por Gutfreind nas obras da geração de historiadores republicanos que o antecedeu. Tomando como história o passado e a memória da configuração política do Rio Grande que lhe era contemporânea, nosso autor inclui nessa narrativa, pela primeira vez, não somente as Missões Jesuíticas espanholas trocadas com Portugal pela Colônia de Sacramento,<sup>12</sup> mas toda a ocupação da Província dos Tapes, denominação hispânica do território a leste do Rio da Prata:

Com a ereção da ‘Província dos Tapes’ em 1639, que foi a primeira divisão político-administrativa que teve o Rio Grande, prova-se que apenas por menos de um século esteve ele descurado do governo espanhol, ao passo que por dois séculos esteve-o do português; pois só em 1737 é que Silva Paes fundou o presídio do Rio Grande<sup>13</sup>; e quando tal se deu, habitante luso é que nenhum foi encontrado, pois os que havia – brancos, cristãos -, eram os jesuítas e funcionários castelhanos, das Missões (LOPES NETO, 1955: 29-30).

Talvez a ausência de cuidados quanto à afirmação da pertença lusitana do Rio Grande do Sul também seja função do estado do debate sobre a figura do gaúcho, que há pouco ia tomando, como dito, o lugar de sujeito *folk* regional, o que permitia enunciados que poderiam ser considerados, duas décadas depois, como problemáticos. Dentre as críticas de Simões ao livro de Pinheiro, está aquela ao “erro” de marcar

<sup>11</sup> Um dos primeiros intelectuais do tradicionalismo gaúcho moderno, inventor dos ritos gauchescos hoje reproduzidos nos Centros de Tradição, Luiz Carlos Barbosa Lessa (1985) notara a resistência de parte da intelectualidade porto-alegrense em aceitar o epíteto. Em 1912, o professor Arthur Toscano, por exemplo, protestava: “Por que carca d’água chamam ao nosso Estado terra gaúcha, e aos rio-grandenses, gaúchos? Gaúcho, no sentido étnico, histórico ou peculiar da palavra, é um tipo extinto”.

<sup>12</sup> A Colônia do Santíssimo Sacramento foi estabelecida em 1680, como frente à ocupação espanhola na área. As Missões Jesuíticas fundadas sob a égide da Espanha a leste do Rio Uruguai foram trocadas por Sacramento, com o Tratado de Madri (1750), firmado entre as duas coroas europeias.

<sup>13</sup> O presídio e a fortaleza de Rio Grande (barra da Laguna dos Patos) inicia o processo de colonização portuguesa no atual território do estado. Sua fundação foi uma resposta aos ataques espanhóis a Sacramento, oferecendo um novo ponto de apoio militar aos interesses lusos na região do Prata.

presença portuguesa na região antes de 1737. Um dos elementos que se tornaria ponto de apoio da identidade luso-brasileira do estado nas narrativas históricas tradicionais, as excursões dos bandeirantes paulistas ao território, é qualificado como “fabuloso” por Simões, uma ficção histórica que não sobreviveria ao confronto com a documentação oficial.<sup>14</sup>

A constatação do vínculo espanhol do território nos dois primeiros séculos de colonização europeia não impede a narração do período na história do Rio Grande, o que se justifica pela continuidade étnica da população, descendente dos povos nativos e da experiência missioneira. Daí Simões antecipa um procedimento de representação do passado caro à primeira geração do IHGRS: a higienização do gaúcho rio-grandense. Ao nativo do Tapes não cabia as acusações de violência gratuita e aversão à paz:

O caboclo primitivo era caçador parco e pescador paciente; guerreiro áspero, mas sem a fereza do indígena central, não mutilava a face para o adorno disforme nem espetava o crânio do vencido, como troféu, na paliçada do agreste aldeamento [sic]: a brandura da índole temperava os arrancos da bruteza natural, concebível (LOPES NETO, 1955: 25).

Não há, dessa forma, no ensaio de Simões, a dissociação entre as duas últimas questões identificadas por Gutfreind na historiografia tradicional, o passado missioneiro, logo a ascendência indígena da população, e o caráter do gaúcho. Os títulos dos quatro primeiros capítulos de *Terra Gaúcha* poderiam levar um leitor desatento a identificar cisões étnicas e políticas no contexto representado: *Tempos d’antanho*, *Primórdio português*, *Província dos Tapes*, *Missões Orientais*, *Ocupação do litoral rio-grandense*. Na verdade, há superposições temporais e articulação dos elementos na narrativa. O enfoque dado, em cada um deles, ao indígena, às primeiras expedições lusitanas, ao espanhol, ao missioneiro e, enfim, à ocupação portuguesa, tem função didática: não implicam isolamentos sociais verificados na realidade histórica, a não ser no que toca à constatação do longo descaso de Portugal para com o território: “E pretendendo emendar o inepto descaso por uma tardia atividade e reivindicar a posse das suas antigas descobertas, resolveu o governo da metrópole justificar a criação de uma colônia na margem esquerda do Prata...” (LOPES NETO, 1955: 90-91)

---

<sup>14</sup> O que é refutado por Spalding em nota de rodapé, apelando à documentação lagunense não disponível para consulta no momento em que Simões escrevera seu ensaio. Ainda assim, o comentário demonstra o desconforto de um dos representantes da memória histórica dominante com a emergência de um discurso dissidente, vinda de uma autoridade literária já constituída.

O recuo temporal, em relação à fundação do presídio de Rio Grande, no passado representado, implica a narração da vida missioneira, com profusão de detalhes. Junto a dados fatuais, como datas e eventos importantes para a instalação dos jesuítas na região, há uma espécie de história social em desenvolvimento, com a descrição de hábitos, práticas cotidianas, relações entre os grupos étnicos e sociais (guaranis, padres, espanhóis, changadores e, de forma limitada, portugueses), divisão do trabalho, exploração da terra, produção e circulação de bens de consumo. Veremos, mais abaixo, as consequências e funções dessa mirada num ensaio histórico. Por hora, basta constatar certo pioneirismo da empresa. O modelo historiográfico de Simões é muito provavelmente a *História Popular do Rio Grande do Sul*, obra já citada de Alcides Lima. Redigida em 1881, por encomenda do Clube Vinte de Setembro, da Faculdade de Direito de São Paulo, o texto apresenta a lenta ocupação do território sob uma perspectiva administrativa, trazendo críticas às apostas governamentais no Sul. Contudo, ao contrário do que o título indica, há nele pouco espaço para fatos sociais e tendências coletivas. É possível que Simões tenha pretendido desenvolver esse projeto em embrião. Daí toda sua ênfase em “tipos” e grupos populares.

O gaúcho que dá nome à “terra” escrutinada é um ser dessa natureza. Ainda não é possível identificá-lo aos altos estratos da sociedade local, processo que, conforme Letícia Nedel (2005), nobilitaria a figura na memória histórica produzida no âmbito do IGHRS. É interessante notar, assim, que Simões não chega a tomar o termo como gentílico, preferindo, ao invés, empregar o menos polêmico “rio-grandense”. Um derivado da palavra, aliás, só aparece no último capítulo do texto. Ao falar da “vista grossa” feita pelos governadores portugueses de Sacramento ao contrabando realizado pelos changadores, Simões denota a essa atividade um marco da vida local, “cujos lances deviam ficar nos hábitos da gauchada, que ia se enseivando para aparecer” (LOPES NETO, 1955: 132). Como função do meio caminho semântico em que se encontrava o significante, Simões tampouco utiliza o termo para designar estritamente algum grupo social. Mais certo, pela breve passagem transcrita, é pensar que, para o autor, a identidade gaúcha no Rio Grande estava em plena constituição no período retratado. O vínculo entre o *changador* e a futura *gauchada* é explícito, mas não se depreende daí que seja exclusivo. De qualquer forma, como uma das matrizes da coletividade sulina, cabe a ele uma visão tão positiva quanto ao índio das missões. Assim, apesar do contrabando, atividade que a história relegaria inevitavelmente ao plano da ilicitude consentida, há o cuidado de distanciá-lo discursivamente dos

bandidos sociais que vagavam pelo campo: “Os changadores traziam as suas tropilhas de cavalos em balsas, sobre a costa de Soriano e arranchavam-se de forma a facilitar os seus embarques e precaver-se contra os ladrões dos seus mantimentos e estaqueadouros” (LOPES NETO, 1955: 88). Era um grupo social de acentuada inclusão étnica, indígenas que se apropriavam do cavalo, do gado, das práticas de rebanho que prefigurariam o gaúcho de estância conhecido por Simões: “Bem armados e bem montados, corriam os bandos dispersos de índios, coureavam o que podiam e findo o respectivo contrato dissolvia-se a comparsa” (LOPES NETO, 1955: 88). A dupla procedência indígena do rio-grandense, missioneiro e changador, levaria Simões a uma posição incomum no debate racial brasileiro, como veremos a seguir.

### **Do local ao nacional**

Representar a nação através da região é uma estratégia discursiva disponível à elite letrada brasileira desde o romantismo nacionalista da segunda metade do século XIX. A tarefa em que os intelectuais se empenharam a partir da independência política, construir uma imagem e uma memória nacional unificadas, em uma configuração geográfica de dimensões continentais e de longo histórico de autonomia regional, logo se mostraria contraproducente. O regionalismo romântico despontou, assim, como a solução ao problema. Mas ao inventariar os tipos locais e fabricar os estereótipos, por exemplo, do sertanejo e do gaúcho, os literatos, os historiadores, os profissionais das letras em geral, buscavam sempre o destino comum da grande pátria.<sup>15</sup> Nascia, assim, a ideia de Brasil como mosaico cultural. No plano da ficção, as vertentes regionalistas pós-romantismo desenvolviam o projeto de desvendar os sertões, com a adesão das elites intelectuais que começavam a ganhar corpo nas províncias. Literatura e História, mais do que disciplinas/áreas com limites precisos – algo impraticável em ambientes sem estrutura universitária e, em muitos casos, também carentes de instituições intelectuais tradicionais<sup>16</sup> –, se mostravam possibilidades discursivas diferentes para enfrentar as necessidades comuns de representação do passado e da nação. Simões empregou, como sabemos, ambas. Mas a escolha primeira da escrita da história nos obriga a algumas considerações.

---

<sup>15</sup> Ver LAZZARI, 2004.

<sup>16</sup> No Rio Grande do Sul, como vimos, o IHGRS seria fundado apenas em 1920. A Academia Rio-Grandense de Letras, de 1901, fazia as vezes de centro de estudos etnográficos, geológicos, históricos etc.

O objetivo declarado de *Terra Gaúcha*, desmentir as acusações de excentricidade que pesariam sobre o Rio Grande através do “inventário fiel do passado” (LOPES NETO, 1955: 28), denota que a escolha do gênero nada tinha de ingênua. Simões se coloca na posição de um historiador patriota, mas rigoroso na observação dos fatos e no escrutínio dos documentos (que não chega a indicar no texto, aliás), legitimando a operação de resgate e depuração da memória sulina no seio da nação. Temos aqui a convivência entre uma perspectiva científica e o compromisso cívico da historiografia, comum nos escritos do entresséculo XIX-XX. Pouco corriqueira, no entanto, é sua visada popular da memória histórica. Num contexto de pouca especialização, tanto a produção quanto o consumo de gêneros variados se dava em círculos restritos, favorecendo a endogenia das trocas e o trânsito dos intelectuais por projetos escriturários de natureza diversa. Simões era um ávido leitor dos textos de seus coetâneos e, dessa forma, reconhecia no folclorismo um ramo mais desenvolvido do que a História para o registro das coisas da terra. Portanto, nosso autor usa em seu ensaio histórico temas e problemas do gênero vizinho.

Paralelamente a Simões, o major João Cezimbra Jacques, republicano positivista convicto, traçava em Porto Alegre um projeto de memória sob a rubrica do folclore. Ao contrário do primeiro, Jacques conseguiu publicar seu livro, intitulado *Assuntos do Rio Grande do Sul*, em 1912. A marca do trabalho é a ambição de salvaguarda: o registro do passado se combina a notas sobre a geografia, o solo, a fauna e a flora, além da fixação de poesia oral e de lendas populares, como o “Crioulo do Pastorejo”, futuro motivo literário de Simões em *Lendas do Sul* (1913).<sup>17</sup> Mas é interessante notar que um texto heteróclito como esse compartilhe com *Terra Gaúcha* algumas preocupações, como a formação do Rio Grande, as culturas indígenas e a experiência missioneira, e exprima soluções semelhantes.

Apesar da ênfase sobre o domínio espanhol ser maior na obra de Simões, Jacques reconhece a originalidade castelhana e estende o período à memória narrada. Mas diferentemente do escritor pelotense, salienta o avanço português, até a tomada definitiva das missões orientais: “Mas o território das Missões foi conquistado em 1801 pelo valoroso sul-rio-grandense José Borges do Canto, à frente de denodados companheiros, igualmente naturais da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul...” (JACQUES, 1979: 24). A continuidade étnica do gaúcho contemporâneo com os povos

---

<sup>17</sup> No texto de Simões, a lenda ganhou o título de “Negrinho do pastoreio”, pelo qual se populariza no estado.

nativos leva o autor a longo inventário de tribos e suas características culturais. Como em Simões, a experiência missioneira é o elo entre o Tapes hispânico e o futuro Rio Grande:

Depois da célebre conquista das ditas “Missões, em 1801, os índios pertencentes a elas diminuíram consideravelmente no território das mesmas, não só devido à invasão de Frutuoso Rivera, que ali penetrou, recrutando grande número deles, para servir nas suas forças, como devido ao fato de espalharem-se numerosos bandos dos ditos índios pelo interior da então Capitania e mais tarde província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (JACQUES, 1979: 107).

O gaúcho, portanto, não passara pelo embranquecimento discursivo que seria tópica frequente na memória histórica oficial a partir da década de 1920. A mestiçagem do elemento ibérico com os nativos garantia, ainda, certa homogeneidade em todo o Prata:

...o gaúcho existiu na campina desde a margem oriental da Lago dos Patos até os pampas de Buenos Aires, formado de fatores étnicos da mesma raça ibérica e indígena, com os mesmos traços, diferindo apenas, insignificativamente, na língua e em algumas modalidades em que ainda existem traços dele bem característicos, tais como a bravura, a generosidade, a hospitalidade, a altivez, a lealdade, a agilidade, com maneiras especiais para as lides rurais, a alegria e muitos traços sui generis e que existe a sua tradição, havendo sobrada razão para chamar-se o Rio Grande do Sul terra gaúcha, em contradição do que há quem afirme, fantasiando, a respeito do nosso Estado, sem conhecê-lo pela sua história e de observação própria (JACQUES, 1979: 190-191).

O trecho demonstra que as posições de Jacques, compartilhadas por Simões, tanto em relação ao fator indígena quanto no que toca à proximidade com a cultura platina, enfrentavam reações no debate intelectual. Daí tanto a prudência em associar o gaúcho ao homem da cidade quanto o protesto às descrições euclidianas do habitante do sul: “ao contrário do que afirma um escritor, que os trajés do gaúcho são elegantes no meio campestre em que ele vive nobre e leal e são muito cômodos para lides pastoris das quais ele se ocupa” (JACQUES, 1979: 191). O texto de Jacques também aponta para o meio caminho do processo de gentilização. O termo designa não apenas o peão da estância no presente e o mestiço fronteiriço do passado, mas toda a gente do campo. No reverso, o Rio Grande gaúcho teria espaço restrito para se manifestar na vida social contemporânea:

Nesta breve observação em defesa do gaúcho e contra asserções inverossímeis sobre ele avançadas, aproveitamos a oportunidade

para dizer que tanto na nossa linda capital, como nas demais cidades e vilas do Rio Grande do Sul, os habitantes, tanto cavalheiros como senhoras e senhoritas, trajam à europeia, com o mais apurado gosto e que mesmo o gaúcho moderno, quando deixa as lides campestres e que vem a quaisquer dos ditos povoados, despe as suas graciosas vestimenta campeiras e enverga o paletó, o fraque, o ‘smoking’ e a casaca e mais vestimentas do uso das grandes capitais, com garbo e elegância (JACQUES, 1979: 191).

Portanto, a afinidade, ao menos nesses pontos, entre Jacques e Simões, tem como pano de fundo, em primeiro lugar, a perspectiva popular do folclorismo transposta para a escrita da história. Também naquele momento, Simões levava a cabo um projeto colecionista semelhante à produção folclórica local, um compêndio de textos escritos e orais comentados e, por vezes, contextualizados, com intuito preservacionista, publicado em 1910, o *Cancioneiro guasca*. É interessante notar que a falta de acolhida ao ensaio histórico não se repetiu com o folclore, função evidente da maior tradição, como dito, do gênero na produção letrada local. Seu primeiro livro de ficção, *Contos Gauchescos*, de 1912, traria como subtítulo o significativo emblema “folclore regional”, estratégia editorial que se moldava ao gosto construído pelos predecessores para o ainda reduzido público leitor da região Sul do país.

Mas um fator ideológico também deve ser considerado na compreensão do parentesco das posições de Jacques e Simões: o clima positivista que, a partir do advento da República, tomara conta da classe política rio-grandense e de seus intelectuais mais destacados. Assim como o major, nosso autor foi filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), apesar da tradição familiar liberal e monarquista. Sua preocupação com o campesino popular é uma apropriação da assertiva positivista de que as massas deveriam ser incorporadas ao progresso e à modernidade. O empenho em liberá-las de preconceitos e estigmas, como o caráter rebelde do gaúcho, se tornara necessidade perante o consenso republicano da ordem como caminho para o desenvolvimento. Vivendo na parte mais agrária do estado, Simões adequava as ideias positivistas à realidade mais próxima, sem esquecer outras tradições intelectuais igualmente marcantes na história cultural local, como o romantismo literário e seu apego às tradições. Não era, portanto, um ideólogo ortodoxo do PRR, mas se valia daquele “positivismo difuso” que, conforme mostrou Nelson Boeira (1980), dominava a produção letrada rio-grandense na Primeira República: misto de comtismo e outras tendências científicas, como o spencerismo e o darwinismo social.

Ao tratar do regional, Jacques e Simões seguiam a tendência localista de construção da nação, projeto reaberto pelo momento republicano. A crítica ao gaúcho de Euclides da Cunha, no primeiro, e o emprego de categorias raciais, no segundo, revelam que as soluções poderiam ser peculiares, mas os problemas enfrentados seriam os mesmos do restante do país. Se a produção erudita rio-grandense tinha pouca circulação no estado e quase nenhum alcance fora dele, o inverso não é verdadeiro: os escritores do Sul consumiam os textos que se destacavam no centro, se revelando bastante afinados com os debates do Rio de Janeiro. A possível “originalidade” simoniana se localiza na melhor articulação entre indagações do centro e respostas da periferia.

O clássico trabalho de Thomas Skidmore revelou os vínculos entre o sentimento de nacionalidade e o problema racial na Primeira República. O clima cientificista também imperava no restante do país, com enfoque no determinismo do meio e no evolucionismo biológico e social, levando a interpretações nada promissoras para o futuro do Brasil. O clima tropical e o predomínio de não brancos no contingente populacional eram vistos como entraves para o progresso, dada a crença na superioridade europeia. Logo, construir a nação implicava contornar o problema do amálgama racial (SKIDMORE, 2012: 89).

Curiosamente, não se acreditava na existência de racismo no Brasil, visto pelo modelo norte-americano de *apartheid* institucionalizado. A convivência e a mestiçagem, aqui verificadas historicamente, mascaravam a racialização das clivagens sociais. Sem a ênfase que se daria, a partir dos anos 1930, na harmonia e no caráter benéfico das mesclas, teorias sobre as três raças que conformavam a nação começavam a surgir em trabalhos como o do crítico e historiador da literatura Silvio Romero, com ecos no texto de seu leitor pelotense:

Para a constituição do povo brasileiro três fatores étnicos principais concorreram: o português, o índio e o negro africano, e a nossa história, desde o momento da conquista até hoje, caracteriza-se ou pelos feitos da influência exclusiva de um desses fatores, ou por circunstâncias derivadas da aproximação dos três, ou pela feição especial que lhe imprime um novo tipo – o brasileiro – , produto de cruzamentos, ou simplesmente produto da diferenciação operada pela ação enérgica do meio (LOPES NETO, 1955: 23).

Mas as posições adotadas sobre a memória histórica no Sul exigiriam, ao menos, uma relativização da hierarquia das raças. É verdade que o preconceito contra o negro se manifesta, vez por outra, na obra, como na reprodução do lugar-comum da “passividade do escravo”. Mas não há condenação racial, nem asserção explícita de

inferioridade negra, como era comum no período. Quanto ao indígena, sua continuidade étnica com o gaúcho rio-grandense leva o autor a um intenso trabalho de posituação, como veremos a seguir. Sobre o branco paira uma avaliação ambígua: “a mais culta dessas raças é dominada pela ambição de lucros, pela paixão às aventuras, pelo fanatismo católico e pelo espírito de dominação” (LOPES NETO, 1955: 24). O pressuposto da superioridade cultural do português, portanto não biológica, aponta para o papel contingente da história; e não impossibilita a denúncia de suas características nocivas e a condenação ao projeto colonizador. Diferentemente de Romero, Simões buscaria no encontro racial uma condição favorável para o sentimento de nação, manifesto em sua suposta união para expulsar os holandeses no século XVII. Com a independência da colônia portuguesa, solidifica-se o nativo “brasilhês”. Para sua composição, Simões seleciona aspectos positivos das três raças:

...tem filhos próprios, nos quais acentua-se um espírito novo, europeu pelas tendências progressistas, - índio pela impetuosidade das paixões, negro pela intensidade dos sentimentos afetivos, e - original - por qualidades novas e próprias e pelo poderoso sentimento de nacionalidade, que gera todas as virtudes e todos os talentos (LOPES NETO, 1955: 24-25).

O debate racial no Brasil conduzia paradoxalmente a uma visão negativa da mestiçagem e a políticas de branqueamento da população. Com a efetivação da imigração europeia, principalmente para suprir a necessidade crescente de mão de obra nas lavouras de café, os discursos dos intelectuais brasileiros acabariam refutando, paulatinamente, a condenação recebida das doutrinas europeias à mistura racial. Contudo, é importante lembrar que, assim como Romero, outros escritores destacados, como o também crítico literário José Verissimo e o médico Nina Rodrigues condenavam a mestiçagem brasileira, representando a visão dominante no período. Simões conhecia a situação, mas também lia a produção minoritária, como ensaio polêmico do também médico Manuel Bonfim, *América Latina, Males de Origem* (1905). É sabido que sua oposição às doutrinas científicas vigentes, e o corolário pessimismo em relação ao povo brasileiro, causara reação de Romero e grande comoção do *status quo* intelectual. Se na capital as posições de Bonfim seriam desacreditadas, na província sulina, as páginas de Simões configurariam terreno fértil para sua apropriação. Na pena do escritor pelotense, elas se traduziriam em valorização do elemento indígena, logo, do gaúcho, caboclo rio-grandense. Na sua articulação da teoria das três raças, nosso autor destacava a resistência dos povos nativos, reforçada na bravura que legaria

aos descendentes: “A virtude principal do índio era a coragem: por isso, era um indomável, impassível na dor, orgulhoso na vitória” (LOPES NETO, 1955: 42). Mas também o livraria da suspeita de rebeldia: “Ao mesmo tempo era hospitaleiro, tendo por sagrada a pessoa do hóspede, mesmo inimigo” (LOPES NETO, 1955: 42). Os registros de ataques a portugueses no Prata teriam como justificativa a autodefesa e o brio ferido, em episódios como as bandeiras paulistas contra as reduções missioneiras:

Defendiam-se os selvagens; os assaltantes cercavam as tabas, para que algum dos sitiados não fugisse e levasse o alarme a outras cabildas que, reunidas, pelo número vencessem; acontecia pois, que às vezes os caçadores de índios exterminavam uma taba inteira para ao cabo aprisionar poucos indivíduos válidos.

Daí o ódio profundo e as vinganças atrozes que os índios, em represália, sutentaram contra os portugueses (LOPES NETO, 1955: 76).

A valorização do indígena acaba, inclusive, por esmaecer a participação negra na formação da região. É verdade que, durante o período abordado no texto, a ocupação rarefeita e as disputas pelo território impedia a disseminação do latifúndio escravista na área, como ocorrido no século XIX. O ataque que o autor faz à escravidão enquanto instituição recai, assim, praticamente apenas ao período de cativo indígena. Mas a insistência na defesa dos povos nativos pode revelar outra frente de batalha.

Uma das implicações desses debates raciais nas políticas governamentais para o Rio Grande do Sul foi o favorecimento de uma segunda leva de colonização europeia. Na década de 1820, a vinda de imigrantes de etnias germânicas para a província respondia à necessidade de ocupar o território fronteiriço que ainda há pouco se encontrava em mãos espanholas. Já a chegada de italianos na serra rio-grandense, a partir da década de 1880, cumpriria uma dupla função ideológica: de um lado, o sucesso dos núcleos gaúchos serviria à cooptação de novos braços para outras áreas do país, sem os benefícios inicialmente oferecidos; de outro, como vimos, favorecia o branqueamento. A expansão das pequenas propriedades de alemães e italianos entraria em choque com a área mais antiga de ocupação portuguesa e de economia tradicional de latifúndio pecuarista, a campanha gaúcha. Ainda que os números das exportações rio-grandenses no início do século XX atestem o predomínio do charque e do couro em sua pauta, há uma nítida diversificação da economia com produtos coloniais (PESAVENTO, 2002). O enriquecimento dos descendentes de imigrantes levava à compra e ao conseqüente parcelamento de terras antes mobilizadas para a pecuária, que,

no período encontrava dificuldades em fazer frente à concorrência platina, o que favorecia o êxodo do gaúcho para os núcleos urbanos.

A defesa da mestiçagem e a ênfase na matriz indígena são ressignificadas nesse cenário, como oposição a duas visões correntes nos debates públicos local e nacional: a) a condenação de um passado não branco; b) a defesa de políticas de imigração e branqueamento no presente. Revelam, portanto, apoio a um modo de vida campesino que se transformava em ritmo crescente, mas também àquela massa de homens e mulheres que haviam feito o Rio Grande de ontem e deveriam ser acolhidos pelo Brasil que se construía sob o regime republicano. Daí a condenação à escravidão soar como um alerta enviesado a uma sociedade que ainda engatinhava rumo à cidadania:

Hoje todos os cidadãos brasileiros vivem e trabalham como melhores convém; todos, sem distinção de raça ou de crença estão sujeitos às mesmas leis; o que comete um crime sofre o castigo legal, porém, ninguém tem o direito de incomodar a quem vive tranquilo no seu lar; os pobres tem que ganhar a sua vida com esforçado labor, porém, cada qual trabalha segundo sua vontade e ninguém pode obrigar a outrem a trabalhar ou deixar de trabalhar (LOPES NETO, 1955: 79).

### **Do ensaio à ficção: considerações finais**

Classificar o texto de Simões Lopes Neto como ensaio pode ser uma arbitrariedade do leitor contemporâneo. O tom de esboço, de tentativa preliminar de explicação, que encontramos em boa parte do livro, evidentemente também é produto da fase de escrita em que o original se encontrava quando resgatado. É possível que, tendo mais tempo, o escritor/historiador retornasse ao texto, completando lacunas, desenvolvendo algumas ideias, corrigindo alguns equívocos fatuais quando lhe estivesse ao alcance, como notara o comentarista Walter Spalding. Outrossim, o difícil acesso a documentos oficiais do período retratado e a parca literatura histórica disponível convidavam à especulação, à imaginação, à constante intromissão do autor em assuntos do passado que lhe mobilizavam a repulsa ou a compaixão. O estado da historiografia rio-grandense no início do século XX, como vimos, também pode ser responsável pelas “ausências” analíticas possivelmente sentidas hoje. Mas chama a atenção que mesmo o aparato erudito tradicional, como a contraposição de fontes e o concurso a notas de rodapé, conhecido pelo Simões leitor, fica de fora do escopo do texto. Mais certo é confiar na intenção pedagógica da obra. Destinado a um público leitor geral, talvez em formação escolar, a arquitetura textual não poderia ser diversa. O encaixe no gênero

ensaio dificilmente é mero acidente. Como notou Jean Starobinski, uma de suas características, desde Montaigne, é a proposição de ideias novas, “uma interpretação original de um problema controverso” (STAROBINKSI, 2001: 14). Como vimos, essa ambição não faltara a Simões. Nem se perderia nos futuros escritos.

Flávio Loureiro Chaves defendeu que a composição dos *Contos Gauchescos*, considerada a obra-prima simoniana, deve muito à experimentação folclorista do *Cancioneiro Guasca*: estaria nele a sua fonte popular e muitos dos motivos elaborados em suas narrativas curtas (CHAVES, 2001: 70-71). Não seria absurdo apontar no ensaio histórico *Terra Gaúcha* outra bagagem mobilizada por Simões em seu projeto ficcional. Na literatura de imaginação, tanto nos *Contos* quanto nas *Lendas*, encontraremos a tradição indígena, como em sua *Mboitatá*, histórias missionárias, como *O lunar de Sepé*, novas críticas à escravidão, com maior espaço para a situação do negro no estado, como em *O negrinho do pastoreio* ou no trágico *O Negro Bonifácio*. Também nos deparamos com uma suspeita constante frente ao “gringo”, estrangeiro que cortava o campo com suas cercas e lavouras. Já se disse algo sobre certo xenofobismo simoniano, patente também na produção gauchesca argentina e uruguaia, possível inspiração. Sem querer desculpar um preconceito, a análise das posições do autor no ensaio histórico revela o pano de fundo da desconfiança do personagem-narrador, o gaúcho Blau Nunes, quanto ao “padre gringo”, de *Penar de Velhos*, ou aos “lamões” e “ingleses melados”, de *Correr eguada*.

O projeto de memória em desenvolvimento talvez encontrasse no ensaio histórico apenas uma forma mais adequada para aquelas frentes de batalha simbólicas; mas, na dificuldade de aceitação do texto, também extravasasse para outros planos de escrita. Hoje é sabido que o Simões ficcionista nascera como dramaturgo, criando roteiros e encenando peças na pequena Pelotas, pelo menos vinte anos antes do contista. Mas quem hoje se propuser a ler essas narrativas talvez se surpreenda com a ausência de “cor local”. São enredos urbanos, com temas cosmopolitas. Quem sabe a escolha do regionalismo na literatura de imaginação não seja produto de suas convicções sobre a representação do passado? Em *Terra Gaúcha*, Simões defendia que a História já não se conceberia mais como uma “exposição comentada de sucessos políticos e de aventuras guerreiras”, em que interviriam “grandes homens”, mas enquanto reflexão sobre “um conjunto orgânico de atividades de toda espécie, que contribuíram para modificar as condições de vida de um país ou região, através do tempo” (LOPES NETO, 1955: 17-18). A julgar pela historiografia rio-grandense que lhe sucederia, a perspectiva não era

compartilhada pela elite letrada do Sul. Talvez a ficção lhe mostrasse outro caminho para apreender as “almas coletivas” do país e da região. Sem sombra de dúvidas, a literatura foi a melhor maneira encontrada para reviver a terra gaúcha que a história lhe revelava.

Ao se propor tecer uma memória histórica popular para o Rio Grande, como vimos, Simões apresenta um modelo de identidade social para a região. A confirmação do gaúcho como sujeito representativo, no entanto, ainda não conferia restrições nacionalistas rígidas à identificação do povo rio-grandense. O homem da cidade devia muito ao homem do campo; este seria fruto de um passado que hoje tenderíamos a chamar de multicultural: indígena, mestiço, fronteiriço, transnacional. Mas se tornou brasileiro no desenvolvimento da história política local. E isso não se colocava em xeque. Os comentadores simonianos têm razão ao apontá-lo como um dos principais criadores da identidade gaúcha para o Rio Grande do Sul. Na crítica ao ideólogo regionalista<sup>18</sup> ou no elogio do republicano patriota,<sup>19</sup> transparece um homem preocupado em dar sentido e apresentar rumos à vida coletiva, em criar, usando o passado, quadros de referência estáveis e coerentes (POLLAK, 1989), pois disso também dependiam as opções para o futuro. A análise de seu projeto inacabado de escrita da história mostra que o lento processo de investimentos intelectuais para a fabricação do modelo gauchista, hoje celebrado na memória pública local, nada tinha de consensual; precisaria trilhar um longo trajeto até se tornar hegemônico; comportaria elementos frustrados, outros melhor sucedidos; e, sobretudo, atendia a vicissitudes históricas bem definidas.

### Referências bibliográficas

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Mestre Simões Lopes Neto. In: \_\_\_\_\_. *Crônicas do passado presente*. Porto Alegre, Nova Prova, 2002.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Nativismo: um fenômeno social gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

---

<sup>18</sup> Por exemplo, GOLIN, 1983.

<sup>19</sup> Ver BARBOSA LESSA, 2002.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Simões Lopes Neto*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1983.

GOMES, Carla Renata de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso - um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas: 2009.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.

LAZZARI, Alexandre. Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1955.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul*. Brasília, 2005. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2005.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*. Campinas-SP, janeiro/dezembro de 2011, n. 31, v. 1-2.

Data de recebimento: 07/04/2015.

Data de aceite: 24/06/2015.